

**Accção  
Realís  
ta**

**revísta  
quínzenal**

Na séde da Acção Realista recebem-se donativos para a Assistencia aos Monarquicos Necessitados.

---

## SUMARIO

<i>Syndicalismo Agrário</i> .....	por D. Luiz de Castro
<i>Carta aberta aos meus amigos e companheiros</i> .....	» H. de Paiva Couceiro
<i>A Epopela Maldita</i> .....	» Alfredo Pimenta
<i>Ecos</i>	
<i>Camilo</i> .....	» Antonio Cabral
<i>Camilo e o século XVII</i> .....	» Fernando Campos
<i>Acção Realista Portuguesa.</i>	

---

### A V I S O

Por motivos extranhos à nossa vontade, não temos conseguido publicar com regularidade os ultimos numeros da *Acção Realista*.

Esperamos que os nossos leitores nos desculpem a falta involuntária.

---

Toda a correspondência relativa à administração deve ser endereçada ao editor desta revista sr. António Ferreira Junior.

---

Dois pedidos fazemos hoje aos nossos estimados leitores:

**1.º que concorram, na medida das suas posses, para a subscrição do diário da Acção Realista;**

**2.º que cada um consiga, pelo menos, mais um assinante desta revista.**

# AÇÃO REALISTA

REDACTOR PRINCIPAL : ERNESTO GONÇALVES

Redacção e Administração RUA DA BARROCA, 59, S/LOJA	EDITOR Antonio Ferreira Junior	Assinaturas (Pagamento adiantado) SÉRIE DE 10 N.º — 10\$000 RÉIS Numero avalso — 1\$000 réis
--	-----------------------------------	--

## Syndicalismo Agrario

A questão de produzir mais para produzir barato foi, no seu fundamento, a origem do syndicato agrícola mixto, criação essencialmente franceza.

Para a terra este desideratum economico liga-se mórmente na actualidade ao emprego dos adubos chimicos. Ora o commercio d'esta mercadoria em França, além de ter, ao tempo da lei syndical, pouca aceitação, era muito mal considerado, pelas falsificações e fraudes a que se presta, e de que tem feito immoderado uso. E mais ainda, fazia-se pagar muito caro, como sempre succedeu e está succedendo em Portugal. Mas não devendo a agricultura dispensar os adubos, era forçoso convencer d'essa necessidade o lavrador menos illustrado e procurar a forma de alcançar mercadoria garantida e o mais em conta possivel.

Antecipando-se á lei de 21 de Março de 1884, que fundou em França esta forma associativa, um agronomo francez creou uma associação tendo em vista comprar os adubos em commum a fim de obtel-os mais baratos e de reprimir as fraudes nos fornecimentos.

Alcançado este duplo efeito, alcançado estava o terceiro : fomento do seu emprego. Como resultado, além de maior expansão na compra dos adubos, um decrescimo geral nos seus preços, de 20 a 30%.

Depois da compra em commum dos adubos veio a aquisição de machinas agricolas que, logo tambem, desceram de preço, e a aquisição de sementes, de productos alimentares para o gado, de substancias empregadas em viticultura, de vides americanas...

Em seguida, e como a união das forças ia fructificando em optimos fructos, abalançaram-se os syndicatos a promover a venda dos generos dos associados, e isto em condições mais remuneradoras, sobretudo dependentes da supressão de intermediarios entre productor e consumidor.

Muitos syndicatos francezes possuem campos de experiencia e de demonstração, di-

rigidos, geralmente, a pedido d'aquellas sociedades, pelos agronomos officiaes de varias regiões, que em muitos casos são tambem os seus secretarios. N'estes campos se evidenciam aos olhos dos cultivadores menos propensos a reformas e modificações de methodos e processos, as vantagens do emprego de instrumentos aperfeiçoados, de sementes seleccionadas, de adubos chimicos e de varias praticas melhoradoras.

Os syndicatos publicam boletins periodicos — alguns de larga tiragem — para ensino e informação dos socios, e convivio com outras associações similares. De um sei eu que se distribue na força de 12.000 exemplares.

Conferencias sobre assumptos de interesse cultural, ensaios publicos de machinas, promovem-n'os a cada passo os syndicatos ; e tambem concursos de operarios, concursos de animaes, de generos . . .

Syndicatos ha com laboratorios e alguns d'elles se applicam á organização das cartas agrológicas e agronomicas das regiões onde teem a séde.

A cada momento espalham, em folhas volantes e em termos absolutamente praticos instrucções sobre o emprego de adubos, sobre a defeza contra as molestias das plantas cultivadas, relatorios com o resultado numerico da cultura de trigos seleccionados, da applicação de determinados machinismos, de fabricas de vinho . . .

Para melhoramento das raças pecuarias das suas zonas de acção, numerosos syndicatos compram os reproductores escolhidos que convem importar e mantem-n'os em common ou vendem n'os seguidamente por licitações entre os socios, partindo de um preço abaixo da compra.

Para diffundir instrumentos agricolas novos ou aperfeiçoados, uteis á região, segue-se o mesmo processo, abaixando o preço do custo. Outros syndicatos compram os machinismos e alugam-n'os.

Nas regiões viticolas abrem escolas de enxertadores, organisam serviço de inspecção ás vinhas atacadas por qualquer molestia grave que tratam de debellar, estabelecem viveiros de plantas americanas, fazem inqueritos e estudos sobre adaptação, affinidade e resistencia.

Alguns syndicatos teem caixeiros viajantes para a venda dos vinhos genuinos dos socios ; outros estabelecem, nos grandes centros depositos de venda.

Finalmente não se resumiu só a tanto o interesse profissional. O sindicato alargou ainda mais e elevou a outra esphera de acção as suas a principio modestas aspirações.

Como se vê, a associação syndical é uma forma de acção collectiva, e, para cada novo problema a resolver o sindicato encontrará solução, sem difficuldade de maior tomo. O sindicato é ductil e malleavel por essencia e apto a exercer as mais differentes funcções.

Vimos já em rapido escorço o sindicato apresentandose como ne-cessidade inadia-

vel, sem remontar mesmo á resolução de problemas mais complicados, indo, por assim dizer, á bolsa de cada lavrador, não para lhe tirar mas sim para lhe dar dinheiro, n'um interesse bem evidente e rapido. O syndicato impõe-se como necessidade inadiavel n'este momento historico em que a lucta pela vida, na faina dos campos, chegou á culminancia em que é preciso para vencer dispôr do maximo da força, que fatalmente tem de ser procurada na união de todos os pequenos esforços.

Mas, se d'esse limitado, mas já não vasto recinto technico da actividade associativa, transitarmos para o largo campo da sua missão social, os horisontes alongam-se e aformoseiam-se. O colorido da paisagem passa, por gradações harmonicas, da energia das côres vistas perto, que impressionam logo a visão, ao esbatido, á meia tinta discreta e doce ao olhar e ao sentimento, com que nos apraz figurar picturalmente essa religião da humanidade, que é o amor do proximo.

Vemos então o syndicato agricola penetrar nos lares dos trabalhadores do campo, modificar-lhes as condições da sua existencia individualista ; levar-lhes o bem estar ; ajudal-os efficaçmente no exercicio da sua profissão ; offerecer-lhes emfim, os recursos da providencia, do credito, da assistencia.

Facilitar e melhorar a exploração do solo é muito, mas é pouco ; o verdadeiro e elevado ideal que teem de conquistar os syndicatos agricolas, que atinjam a noção altissima de agrupamento profissional está n'isto : melhorar as condições economicas e sociaes da existencia da familia agricola.

*D. Luiz de Castro.*

CONDE DE NOVA GÔA

# CARTA ABERTA AOS MEUS AMIGOS E COMPANHEIROS

V

## ASPECTOS DE JUSTIÇA E DEFEZA — CONCLUSÕES

(CONTINUAÇÃO)

Esse Corpo docente é o Corpo d'oficiaes, do valor do qual depende portanto o valor do Exercito, e, em parte consideravel, o valor civico do Povo.

D'aqui se depreheende o cuidado especial de que deve ser objecto o recrutamento d'esse Corpo, e o seu Estatuto orgânico, de selecção, accesso, disciplina, e recompensas. Não com ideia de formar uma casta, no sentido censurativo que a demagogia atribue a este termo ; mas no proposito, com efeito, de formal-a, no sentido de classe onde certas superioridades serão exercidas como voto obrigatorio, ligando todos os seus membros n'um feixe d'honra colectiva.

Casta, não ; antes dirêmos aristocracia social. Mas aristocracia d'aquelles cujas primazias honorificas se conquistam e se pagam, com primazias de trabalho, responsabilidades e sacrificios, a bem do prestigio e da integridade nacional.

•

Aristocracia, porêem, de base democratica, onde o accesso é aberto, com tanto que o individuo possua as qualidades.

Quaes qualidades ?

As do character, acima de tudo, — claro está, — pois que precisamente os dotes primaciaes e imprescindiveis do servidor da Patria, e do homem de guerra, residem no coração que inspira, e na vontade que manda. Sentimento profundo, vontade energica, são de facto na essencia os motores de toda a eficacia combativa.

O saber profissional funciona apenas como instrumento. Instrumento necessario sem duvida, tanto mais que, alem de vehiculo do exito, concorre tambem, por isso mesmo, para formar a confiança do Chefe em si proprio, e portanto para reforçar as energias do mando. Mas, instrumento em todo o caso, quer dizer elemento estatico que precisa d'uma força que o mova. Essa força, ou factor dynamico, tem a sua sede no *character*, que será por consequencia a primeira das condições a ponderar e atender na escolha para o Corpo d'Oficiaes,

•

Se á testa d'um empreendimento qualquer nós collocassemos uma dirigencia instavel, e mudavel a cada passo, — o empreendimento, oscilante sempre, ora para a direita ou para a esquerda, não alcançaria nunca avanço ou progresso apreciavel, no sentido das suas finalidades.

Apesar de tão inconcussa evidencia, é esse, todavia, o systema liberalista para dirigir as Instituições Militares. Tantas alternativas ministeriaes, quantas possiveis organizações ou modificações nas leis do Exercito, vivendo este, por conseguinte, sob o influxo immediato, não só das fluctuações mas tambem das discussões, paixões, e desconcertos, do partidarismo e respectivas rivalidades pessoaes.

Podem os principios da Carta de 1826 provar-nos que, constitucionalmente falando, tem de ser assim. Mas, — visto que, segundo nos parece, não se criou a Nação para a Carta, mas sim a Carta para a Nação, — o que nos cumpriria fazer, — quando se reconhecesse que a observancia dos principios cartistas envolve absurdos prejudiciaes ao Interesse Nacional, — não seria decerto sacrificar este, mas sim repudiar aquelles. Que é precisamente o que faz o regimen Nacionalista que aqui propugnâmos.

\*

A Defeza Nacional é — pensâmos nós — questão sagrada para todos os Portuguezes. Poderá, pois, sem abuso de confiança nem necessidade de «referendum», afirmar-se «á priori» que a vontade nacional quer e manda que essa questão se trate na plataforma positiva das melhores soluções, e não debaixo d'obediencia a teorias politicas incompativeis com o conseguimento das finalidades em vista.

Assentando este ponto de partida, — o Nacionalismo formula o problema nos termos seguintes :

A Defeza Nacional, considerada em si propria, é, por natureza, materia de technica militar, cuja direcção, para que resulte eficaz, tem d'entregar-se a technicos d'esse ramo, colocados fóra d'influencias alheias ao assumpto, e em condições de proseguir a sua missão dirigente, com persistencia, coherencia e continuidade.

Por outro lado, a mesma Defeza Nacional, considerada na sua plenitude, é estrutura complexa que interessa todos os aspectos da vida da Nação, e que envolve todos os elementos d'ella eventualmente susceptiveis d'aproveitamento defensivo ou ofensivo.

Saltam á vista portanto, desde logo, duas especies diferentes d'altas funcções a exercer : uma, a da dirigencia militar dos instrumentos nacionaes da guerra ; outra, a de estabelecer e manter, as relações e contactos, entre essa dirigencia militar, e o País em conjuncto, representado pelo seu Governo.

\*

Para exercicio da ultima citada d'essas duas especies de funcções, deve criar-se um orgão correspondente, que aqui designâmos pelo nome de «Conselho Superior da Defeza do Reino». O qual, nos termos acima aludidos, representará o elo de ligação e concordancia, entre a preparação, ou as operações de guerra, incumbidas technicamente ás Instituições Militares, -- e a situação geral do País, suas finanças, industrias e objectivos politicos, que entram nas esferas constitucionaes do Poder Publico. Quer dizer é o orgão que adapta e integra as conveniencias, modalidades e actividades da Força armada, dentro das conveniencias, circunstancias e possibilidades do País.

Tem, assim, o character d'um alto Conselho do Estado, e constitue-se com o Rei na presidencia, tendo como vogaes, — além dos Comandantes dos Exercitos (terrestre, maritimo e aereo) e seus Chefes d'Estado Maior, — o Presidente do Conselho de Ministros, os ministros das secretarias que mais de perto se relacionam com a mobilisação da Nação Armada (Reino, Colonias, Extrangeiros, Fazenda e Defeza Nacional) e mais aquellas entidades que seja oportuno agregar.

A defeza Nacional é um objectivo para que concorrem o Exercito de terra, a Marinha e a Aeronautica. Subordina-se por consequencia a este principio o Conselho em geral, e particularmente os seus membros militares, funcionando estes dentro do Conselho, e podendo mesmo reunir-se em sessões preparatorias fóra d'elle, como Comissão de Guerra, a quem incumbe concertar entre si, e representar perante o mesmo Conselho, não o particularismo de cada arma, mas os planos, e a technica geral da beligerancia, com o emprego conjugado de todos os serviços combatentes, segundo os casos.

Sob as instrucções geraes do «Conselho Superior de Defeza do Reino», exercem as Instituições Militares a funcção technica, isto é, a primeira eitada, d'entre as duas especies de funcções que acima caracterisámos.

As palavras seguintes referem-se concretamente ao Exercito de terra.

À testa d'elle distinguiremos as funcções de direcção, e as de administração.

A direcção representa o Comando, propriamente dito, do Exercito, como Instituição destinada á preparação de guerra. Abrange, pois, quanto respeita á organica, instrucção, disciplina, armamento, fortificação, municiamiento, mobilisação e o mais que, sob os aspectos profissional, moral e material, deve entender-se que importa á organização methodica d'um Poder militar eficiente.

Essa direcção atribue-se á entidade que aqui designamos pelo nome de «Conselho Superior do Exercito», o qual se forma com Officiaes-Generaes em exercicio de comando ou designados para comando de guerra; com os Chefes do Estado maior do Exercito, e com os Directores Geraes do ministerio da Guerra; sobre a presidencia do General Chefe designado para caso de guerra. São agregados ao Conselho os Chefes d'Estado Maior da Marinha e da Aeronatica.

O General presidente é membro nato do «Conselho Superior da Defeza do Reino». O seu cargo acumula-se com o de Inspector Geral do Exercito, quer dizer, com a direcção de todas as inspecções de tropas, serviços e escolas militares.

Ao abrigo d'esta organização, ficam reunidos sob a auctoridade e inspecção imediata do general presidente do Conselho, todos os comandos militares, o serviço do Estado Maior do Exercito, e a parte dos serviços do Ministerio da guerra que interessam á technica e preparação de guerra. Os assumptos d'esta classe dependentes de despacho ministerial só irão á assignatura depois de consultados pelo Conselho Superior do Exercito.

O Rei póde como Presidente do «Conselho Superior de Defeza do Reino» ordenar, quando entenda, a convocação do «Conselho Superior do Exercito» e assumir-lhe a

presidencia, devendo n'este caso comparecer na sessão o Presidente do Conselho de Ministros e o Ministro da Guerra.

\*

As attribuições do Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra, exercidas, claro está sob a auctoridade superior do Presidente do Conselho de Ministros, consistem externamente em responder pelo Exercito e propôr as leis de bases que lhe digam respeito perante a Representação Nacional, e em informar junto a esta, e obter nos termos da Constituição, as votações dos tributos, em homens e meio financeiros por verbas globaes para o serviço do Exercito. E consistem internamente na funcção propriamente administrativa do Exercito.

Eventuaes divergencias entre esta funcção administrativa e a funcção directiva, resolvem-se por entendimento directo, entre o ministro e o General presidente do «Conselho Superior do Exercito». Caso estes não cheguem a acôrdo, a divergencia sóbe ao «Conselho Superior de Defeza do Reino», que a resolve em ultima instancia.

\*

A funcção directiva entregue ao Conselho Superior do Exercito comprehende :

1.º — O exercito de terra cujo systema d'organisação deve, d'um modo geral, ter em vista constituir com o Exercito profissional um forte enquadramento capaz d'instruir, educar e receber na mobilisação o Povo em armas.

E deve, por outro lado, tomar em conta as lições da Grande Guerra, as quaes demonstram a notavel preponderancia de novos inventos scientificos, mechanicos e chimicos. Levando-nos á conclusão logica de que a preparação da guerra futura deve incluir abundante material d'essa natureza ; e prever muita instrucção tecnica para seu emprego util, e largas percentagens de pessoal especialista, tanto no efectivo como nas reservas. E parallelamente prever tambem, e adaptar-se organicamente aos novos methodos de guerra, em harmonia com essas variantes, e poderosos acrescimos de forças destruidoras ;

2.º — A Aeronautica militar a que adiante nos referimos.

3.º — Funciona, demais, junto e sob a auctoridade do Conselho Superior do Exercito, o «Serviço da Educação Physica», cuja importancia nacional e social, praticamente reconhecida e atendida pelos Paizes mais cultos, nos parece ocioso encarecer aqui.

A organisação technico-militar d'esse serviço envolve a colaboração do Exercito com os Estabelecimentos d'ensino, e com as Sociedades particulares de «Sport» ; será extensiva a todo o Paiz, partindo do principio de que a educação physica é preparação obrigatoria do serviço militar obrigatorio. A dita organisação fará objecto de lei especial.

(Continúa)

H. de Paiva Couceiro.

## A "Epopéia Maldita,"

DE ANTONIO DE CERTIMA

A guerra imperialista e democratica de 1914 a 1918 provocou, na litteratura portugueza da guerra, duas obras magistrais: uma, da cathegoria das obras technicas, a do sr. major Vasco de Carvalho, que se chama *A 2.ª divisão portugueza na Batalha do Lys*; outra, na cathegoria das obras puramente litterarias, a do sr. Antonio de Certima, e que se chama *Epopéia Maldita*.

A primeira é o livro frio, algebrico, dum official do Estado Maior, para quem não existe paysagem com manhãs lucidas ou soturnas e poentes angustiados ou feericos, e para quem os homens são algarismos ou machinas. A segunda é o livro dum Poeta e dum Artista, cujos olhos a paysagem prende e seduz, e para quem os homens são almas e coraçoes. Ao lêmos a ultima pagina do notavel trabalho do sr. Vasco de Carvalho, nós calculamos, julgamos, dispomos e discutimos. Mas ao finalisarmos o poema do sr. Antonio de Certima (porque o seo livro é, acima de tudo, um poema, dantesco e lusiada) nós soffremos com as agruras que os outros soffreram, e ajoelhamos ante a memoria sacrosanta dos herois magnificos, como esse epico tenente Manoel de Oliveira, do 24 de infantaria, cuja carta deve ser reproduzida em todos os livros de leitura para as escolas — carta que ao lê-la, me causou um *frisson* de angustia e de pasmo e que jamais esquecerei atravez da vida.

Ha ainda um sentimento que me domina, ao lêr este livro do sr. Antonio de Certima; o da indignação, e da colera perante a alta traição dos dirigentes da guerra africana. Sim, da alta traição. Porque o livro do sr. Antonio de Certima devia ser seguido sem demoras, dum procedimento claro e decisivo por parte dos dirigentes responsaveis do exercito portuguez. Todos aquelles que esse livro acusa formalmente, e todos os que elle acusa, sem acusar, deviam ser submetidos imediatemente a um conselho de guerra, para apuramento de responsabilidades.

A gente fica varada deante da ingenuidade dos que atiraram com os soldados portuguezes para a fomalha e para a matança.

Esse capitulo do cerco de Newala, autentica pagina de Rops, zebreada de infamias e de cobardias, com claroens relampagueantes de bravura e grandeza — esse capitulo é de mestre.

*Le Feu* de Barbusse? Mas que é o *le Feu* de Barbusse, ao lado destas trezentas paginas eternas do sr. Antonio de Certima? Esboço apagado, noticia banal de jornal banal, vagido balbuciante de gago...

Esses «homens de Nangadi» que se banquetevam, em Lucculos satisfeitos, quando lhes chegava, estropeado e cadaverico, o exercito destroçado de Newala, e que o sr. Antonio de Certima aponta á indignação da Patria, — quem eram esses homens e onde estão eles?

A *Epopeia Maldita* é a consagração do soldado de Africa — daquelle desventurado soldado que a mais infame de todas as vigarices politicas atirou para os sertoes e para os areas de Moçambique. Sente-se, atravez de cada uma destas paginas deste livro famoso, que quem o pensou e escreveu, viveo as horas interminaveis desse calvario sangrento e sem igual que foi a campanha de Africa de 1916 a 1918. De todo elle, sai, banhado em fulva luz da epopeia, a figura do soldado portuguez, do serrano humilde e paciente, valoroso e firme. Quero crêr que este livro encontra em cada um dos expedicionarios de Africa que possam lê-lo ou que o oiçam lêr, benção e respeito. Porque elle foi escripto com lagrimas, com sangue, — e com orgulho. A's vezes, ouve-se o estalido do chicote que corta as faces dos responsaveis pelas agonias e pela crucificação do soldado portuguez; outras vezes, escuta-se o brando murmurio de cordas magas de harpa encantada, tecendo hymnos, phraseando sonhos; outras vezes, distinguem-se as notas agudas de trombetas de oiro, apregoando façanhas. Mas da primeira pagina á ultima, ha uma rajada de orgulho sagrado e de amor ardente — de orgulho pela participação na jornada dolorosa, e de amor pelos irmãos de armas, pelos pobres serranos gloriosos e esquecidos!

A nós outros que não fizemos a guerra — nem a da França nem a da Africa, e que não temos responsabilidades, nem directas nem indirectas, na catastrophe sem nome que foi a nossa intervenção na guerra, a nós outros invade-nos um sentimento profundo de altissimo respeito pelos que, inteiramente abandonados, foram para as terras ardentes de Moçambique, satisfazer unicamente os caprichos miseraveis de um partido de politicos sem escruplos e sem consciencia. O livro do sr. Antonio de Certima é a condemnação mais eloquente desses aventureiros da politica que nos arruinaram, e sacrificaram tantas vidas em holocausto dos seus interesses partidarios.

Foi a Republica que os sacrificou, não foi a Patria. A Patria, essa, subjugada pela tyrania da Republica, chora a desgraça que a victimou e a deshonra com que a cobriram os politicos...

Tantas campanhas de Africa tem a Patria Portugueza feito, e em nenhuma dellas seria possivel escrever-se um livro como o do sr. Antonio de Certima.

Diziam os soldados que algum dia havia de chegar a sua hora. Sim. Tambem o creio. A sua hora ha de chegar. Será a hora em que o exercito portuguez, convencido do cumprimento integral dos seus deveres, liberte a Nação, do estrangeiro do interior que a opprime e avilta. Nessa hora, a Nação regressará ás suas instituicoens tradicionais, e a justiça que fôr possivel fazer-se — far-se-ha.

Litterariamente, o livro do sr. Antonio de Certima é uma maravilha. O auctor é um escriptor de raça, da boa raça dos bons escriptores. Pinta e esculpe, canta e descreve — com as melhores tintas, com o melhor cinzel, com a melhor muzica, com os melhores recursos. O seo livro lê-se e relê-se. O seo livro ama-se. O seo livro guarda-se. De toda a litteratura de guerra, o livro do sr. Antonio de Certima é, sem favor, o dizemos, — o melhor, pela vida que nelle palpita, pelo vigor dos traços, e pelas multiplas tonalidades da cor que o envolve. Dê-me o sr. Antonio de Certima a sua mão, que quero apertar-lha, de encantado e reconhecido, — como portuguez e como artista.

*Alfredo Pimenta.*

## ECOS

## ELISIO DE CARVALHO

Vindo do Brasil, esteve em Lisboa, de passagem para a Suíça, onde vai fazer uma cura de repouso, o ilustre escritor Elísio de Carvalho, — o esclarecido nacionalista que dirige a «America Brasileira». Não podemos deixar de saudá-lo, manifestando-lhe a nossa admiração pela sua obra e pelo seu talento. Amigo sincero de Portugal, brasileiro perfeito, Elísio de Carvalho soube encontrar no seu nacionalismo as profundas razões lusitanas que o iluminam. Como seria belo que, paralelamente á nossa viva campanha nacionalista, se desenvolvesse no Brasil uma forte reacção das suas energias nacionais, fermentes da sagrada seiva lusitana do seu passado e da esperança do futuro! Concorrentes esses nacionalismos fraternos, que tem no Atlantico o seu mar familiar, devem preparar-se para os formidaveis combates que se avizinham na gestação duma nova época.

O espirito imortal da Lusitania dá uma idialidade comum aos dois povos irmãos, — filhos do mesmo genio, aquecidos pelo lume da lareira da Raça comum.

A Elísio de Carvalho enviamos os nossos melhores cumprimentos e as saudações duma superior solidariedade lusitana.

## NO BOM COMBATE

Grande numero de pessoas, quer de Lisboa, quer da provincia, se tem inscrito ultimamente na Acção Realista Portuguesa.

A indole desta publicação e a falta de espaço com que lutamos, não nos permitem dar publicidade aos nomes de todos os que veem ocupar esta trincheira do bom combate.

No entanto, permitimo-nos destacar alguns desses nomes que, pelo seu significado especial, pelo apoio moral ou material que representam, bem provam como este movimento se desenvolve e conquista as actividades e as inteligencias que querem salvar Portugal.

Assim, tivemos o prazer de receber a visita do ilustre clinico sr. dr. José de Aragão (Tondela), antigo militante do partido miguelista que, encontrando no nosso programa a concretização do seu pensamento politico, veio acolher-se á nossa bandeira e lutar por ela.

Do Algarve, recebemos, entre muitos boletins de

inscrição a adesão do official de artilharia, combatente da Monarquia do Norte e antigo preso politico sr. Acácio Alves Denis, e do tambem antigo miguelista e uma das figuras mais respeitaveis do conselho de Lagôa, sr. João Castel Branco Ramos.

A todos os novos inscritos de Lisboa e do Algarve as nossas saudações.

## JOSÉ ANTUNES MAIA

O nosso querido camarada sr. dr. Henrique de Menezes Parreira, assediado pelo seus afazeres profissionais, que o afastaram de Coimbra, insistiu em que lhe fosse dada a demissão de delegado da Acção Realista naquele distrito.

Por indicação sua e da Junta Escolar de Coimbra, foi nomeado para o substituir o antigo official e combatente da Monarquia do Norte, sr. José Antunes Maia. Elemento de grande prestigio que á Causa Monarquica tem prestado relevantes serviços, cumprimos-lo efusivamente e esperamos da sua intelligencia e actividade a organização da A. R. P. no distrito de Coimbra.

## «A EPOCA»

Completo, há poucos dias, 6 anos de existencia este brilhante jornal católico, superiormente dirigido pelo talento do sr. conselheiro Fernando de Sousa (Nemo).

Arrostando com injustas campanhas, «A Epoca» tem mantido uma elevação de ideias, um apuro moral e um brilho literario que a tornam, hoje, sem dúvida, o primeiro diário português.

Fazendo votos pelas suas prosperidades, cumprimos o seu ilustre director e todos os que naquella casa trabalham.

ANTONIO FERREIRA J.<sup>or</sup>

Retirando brevemente para a sua casa na provincia, onde o chamam motivos particulares, vê-se forçado a afastar-se dos trabalhos assíduos da Acção Realista Portuguesa, o nosso dedicado amigo sr. Antonio Ferreira J.<sup>or</sup>.

Combatente da Galiza e de Monsanto, exilado e preso politico, Ferreira J.<sup>or</sup> tem sido um fiel servidor da Causa Monarquica. Afecto ás ideias anti-liberais, muito trabalhou na organização da Acção Realista e muito tem contribuido para o seu desen-

volvimento. O seu afastamento da Junta Municipal de Lisboa e da administração desta revista é para todos os que ocupam este posto motivo de sincera mágoa. Daqui lhe enviamos um abraço, esperando que, nem por estar longe, deixará nos de acompanhar e de colaborar no nosso movimento.

#### «BIBLOS»

A Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra iniciou a publicação dum boletim. «Biblos» apresenta-se com uma colaboração selecta

#### «GIL VICENTE»

Na propaganda das ideias nacionalistas surgiu um novo combatente. O pensamento nacionalista alastra-se por todo o país numa espontânea floração. Agora é a revista «Gil Vicente» que se publica em Guimarães, sob a direcção do sr. D. José Ferrão, que ocupa um brilhante lugar dentro do Integralismo Lusitano, que temos a honra e a alegria de saudar. Perante o sagrado altar da Patria, todos nós somos combatentes da mesma cavalaria. Nunca esqueçamos a fraternidade de ideal e de pensamento que nos une.

#### VISITAS

Deram-nos a honra da sua visita, tendo para a Acção Realista palavras de confiança e solidariedade, que muito nos desvaneceram, os srs. Conde de Vilas-Boas, antigo vogal da Junta Central do I. L., e Julio de Melo e Matos, antigo presidente da Junta Provincial do Douro do I. L.

Duas figuras de alto valor intelectual, a quem a Causa Nacionalista muito deve, o seu contacto com a Acção Realista constituirá de certo mais uma garantia para o nosso triunfo.

#### «TRADIÇÃO»

Foi com a maior alegria que recebemos a visita deste novo camarada da luta nacionalista que se publica em New Bedford, America do Norte. O seu director é o sr. Manuel Drummond e o seu proprie-

tario e editor, o sr. Antonio A. Lopes. O pensamento nacionalista alarga-se, numa grande vitória. E se ha portugueses mais aptos para melhor o compreender, são aqueles que, emigrados, sonham a Patria em toda a grandeza da sua alma eterna.

O seu artigo de fundo remata desta maneira:

«A Tradição», terminando as suas primeiras palavras, sauda a colonia e a imprensa portuguesa, em especial os nossos colegas de Lisboa «A Nação Portuguesa» e a «Acção Realista», esperançada que a nossa obra em prol do nacionalismo seja condignamente recebida».

Agradecemos as saudações que nos cabem e aqui afirmamos a mais estreita solidariedade com os nossos camaradas de Além-Mar.

#### «RESTAURAÇÃO»

As colonias portuguesas da America mantem, na sua saudade da terra, um patriotismo militante e consciente. «A Restauração», que se publica em New Bedford, sob a direcção de Carlos de Noronha e Montanha, nosso querido companheiro de ideias, ergue sempre bem alta a bandeira do Rei e da Pátria. Nunca é demais salientar o exemplo destes portugueses que, vivendo longe da sua Patria, não se deixam desnacionalizar. Que lição a tantos outros portugueses que para aí andam na farça vergonhosa da politica de traição a Portugal!

#### LIVROS

A falta de espaço com que lutamos não nos tem permitido dedicar uma nota critica dos livros oferecidos á nossa redacção. Falaremos em breve das seguintes obras:

*Camilo Contra-Revolucionário* — Depoimentos colligidos, prefaciados e anotados por Fernando Campos;  
*Roteiro de Saudades* — versos de Carlos Lobo de Oliveira;

*Génio da Desgraça e Corpos e Almas* — por Joaquim Leitão;

*Palavras Inuteis* — versos de A'guia de Pina;

*Lourdes* — por A. Vieira Novo;

*Marcha do O'dio* — por Cesar de Oliveira;

*Saudade* — versos de Beatriz Arnut.

## CAMILLO

## NOTAS A' MARGEM

Soou, emfim, a hora da justiça. Camillo Castello-Branco, ao cabo de tantos annos de desamor e de ingratição, vae ter, fundida em bronze, a sua figura de torturado. E, como para um gigante das letras, como elle foi, uma só estatua seria pouco, o vulto ingente do glorioso escriptor será erguido em quatro pedestaes.

Camillo terá um monumento em Lisboa, a cidade do seu nascimento ; outro em Villa Real, que o viu, pujante de vida, expandir a doida alegria da sua mocidade exuberante ; ainda outro no Porto, dentro de cujos muros elle viveu muitos annos, escrevendo ali grande numero dos seus romances ; e um quarto em Villa Nova de Famalicão, a ridente povoação minhota, que se ergue a curta distancia de S. Miguel de Seide, onde, n'uma tarde quente de junho, a bala d'um *revolver*, brutalmente o roubou ás letras patrias.

Todas as homenagens, que à sua memoria forem prestadas, são bem merecidas pelo escriptor admiravel. que encarnou em si o genio da nossa lingua. Póde ter-se como banal o entrecho de algumas das suas novellas ; póde censurar-se, com razão, a violencia dos seus sarcasmos e o abuso desmedido da satira, em que, por vezes, cahiu ; podem pôr-se em duvida algumas das suas affirmações de historiographo ; póde considerar-se doentio o sentimentalismo que se mostra na sua obra irregular e desordenada : o que se não póde é deixar de admirar o seu estylo magico, a sua prosa inconfundivel, a castiça limpidez da sua linguagem.

E' como cultor eximio, e grande mestre da lingua, que temos de venerar Camillo.

Acima do seu condão de fazer rir, acima da suprema arte com que elle sabia provocar as lagrimas, devemos collocar o seu genio de escriptor vernaculo, terso, puro, elegantissimo.

As paginas de mais brilho da lingua portugueza, escreveu-as e compol-as a sua pena inimitavel. Ao escriptor nacional por excellencia, era dever da nação render preito de entranhado reconhecimento. O paiz cumpre agora essa obrigação.

Ainda bem !

•

Tive a fortuna de compulsar, ha poucas semanas, um volume, que pertenceu a Camillo Castello-Branco. N'esse volume, estão reunidos dois opusculos, que foram escriptos por D. João d'Azevedo, o romancista de *O Sceptico*. Um d'elles, apresenta como auctor *Um eremita da serra d'Arga*, e intitula-se — *Quadro politico, historico e biographico do parlamento de 1842*. O outro, tem por titulo — *Os dous dias d'outubro*, e n'este vê-se impresso, ás claras, o nome de quem o escreveu — D. João d'Azevedo.

Pelo titulo do primeiro opusculo, sabe-se qual é a materia que elle versa. O segundo trata desenvoldidamente do golpe de Estado de 6 de outubro de 1846, ou seja a celebre

emboscada palaciana, que fez cahir do poder o duque de Palmella e subir á direcção dos negocios publicos o marechal Saldanha.

O volume, em que se acham reunidos os dois opusculos, pertence actualmente ao antigo juiz de direito, meu amigo, sr. dr. Francisco Julio de Sousa Pinto, residente em Coimbra, que teve a amabilidade de me deixar copiar as notas que a mão de Camillo traçou em varias paginas d'aquelles folhetos de D. João de Azevedo. D'essas notas, algumas — aliás, muito breves — estão perdidas, porque, ao fazer-se a encadernação do volume e ao serem aparadas as folhas, foram, infelizmente, cortadas.

Eis as principaes :

«D. João d'Azevedo morreu em Lx<sup>a</sup> a 18 de dezembro de 1854. Tinha nascido a 15 de 8.<sup>bro</sup> de 1811»

D. João d'Azevedo, em extrema miseria, acolheu-se em Lisboa a casa de J.<sup>e</sup> Vaz de «Carv.<sup>o</sup>, seu primo, onde morreu de uma congestão.»

«Estes dois opusculos de D. João d'Azevedo são já raros. Na parte historica é exactissimo o seg.<sup>do</sup>, excepto no q diz respeito a Mac Donald. O *quadro politico* foi escripto com a deslealdad.<sup>e</sup> congenial do esturro e paixão do auctor. D. João d'Azevedo morreu em 1854, em Lx.<sup>a</sup>, d'um ataque de congestão cerebral. E pobrissimo. Veja a apreciação, a meu parecer, justa que fiz no rom.<sup>o</sup> intitulado «No Bom Jesus do Monte.»»

1861

C. C. Br<sup>co</sup>.

Na primeira pagina do *Quadro politico*, Camilo escreveu a nota seguinte :

«Este opusculo teve uma grande voga e deu ao auctor um dos principaes postos nas «letras, mas creou-lhe m.<sup>tos</sup> inimigos que a final se vingaram usurariam.<sup>to</sup> fazendo-o morrer insano.»

Em uma das notas que se lêem á margem do opusculo *Os dous dias d'outubro*, afirma Camillo que o general miguelista Mac-Donell — depois da matança da sua gente, em Braga, atacada a 20 de dezembro de 1846, pelas forças do barão do Casal — «esteve tres dias em Guimarães», d'onde, como é sabido, marchou, com a sua tropa esfrangalhada, para Amarante e Villa Real. D'aqui, seguiu para Villa Pouca d'Aguiar, sendo vilmente assassinado proximo das Pedras Salgadas.

De outra nota de Camillo, consta que os ajudantes d'ordens de Mac-Donell eram sete.

Em outra nota, lê-se :

«Foi um tiro de um caçador q matou o Mac Donald.»

Ainda em outra nota, referente ao escriptor e romancista, Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos, que foi incumbido pela Junta do Porto de redigir o projecto da convenção de Gramido, que poz termo ás luctas da *patulêa*, escreveu Camillo :

«Ant.<sup>o</sup> Aug.<sup>to</sup> recebeu da Junta o titulo de visconde de Coura.»

Antonio Cabral.

## Camilo e o século XVII

A reabilitação do nosso século XVII, desacreditado por obra de uma história eivada dos piores preconceitos liberalistas, e por virtude de uma crítica facciosa, vem-se fazendo, nestes últimos tempos, com persistência e tenacidade merecedoras do reconhecimento das gerações novas e de quantos prezam a dignidade do nome Português.

Para os manipuladores de compêndios oficiais que, pela sua própria natureza, deviam atraír as mais desveladas atenções, a época de D. João III, da Inquisição, da Companhia de Jesus, dos Indices, do Gongorismo, tem sido uma época de decadência política e literária. No entanto, para que a certos historiadores se não atribuam responsabilidades superiores àquelas que a sua capacidade científica comporta, devemos procurar em mais remoto período a origem de uma tendência demolidora de que elles, de modo algum, foram os iniciadores, tendo-se limitado, simplesmente, com suma comodidade, a repetir ideias que encontraram feitas, havia muito.

No estudo admirável que escreveu, sobre o século XVII, para a revista *Lusitania*, de setembro de 1924, acentuava o Mestre saúdoso que foi o Dr. António Sardinha:

«Quere-me parecer a mim que o descrédito do século XVII não é apenas obra da falsa e superficial historiografia do século passado. Sobre de-certo a Pombal, a esse nefasto e vigoroso desnacionalizador, rendido por completo aos métodos da Enciclopédia, — sobre, sem dúvida, à *Dedução cronológico-analítica*. A infamação dos Jesuitas, promovida por tão indigno como insubsistente libelo, caiu em cheio sobre o século XVII, nascido e conformado pela inspiração da Companhia.»

O que era a *Dedução Cronológica* a que se faz referência no texto que acima transcrevemos, di-lo Dom Miguel Sotto-Mayor no seu magnífico estudo *O Marquez de Pombal — exame e historia critica da sua administração*, Porto, 1905, pág. 407-8: «Os Jesuitas, expulsos de todos os estados regidos pelos soberanos da familia Bourbon, tendo agora por seu unico amparo o Romano Pontifice, ainda alli mesmo eram perseguidos pelo seu implacavel inimigo (o Marquês de Pombal), que não poupava contra elles, nem as acusações calumniosas, nem os esforços para que fôsse inteiramente supprimida a Companhia de Jesus. Em Portugalsahia á luz em 1767, e em duas edições, a celebre *Dedução Chronologica*, monstruoso acérvo de factos desfigurados ou mal interpretados, de aleivosas imputações, e até de afirmações repugnantes ao simples bom senso. O conde de Ceiras não ousou perfilhar em publico esta obra, cuja paternidade inquestionavelmente lhe pertence, mas á qual arranjou um pae putativo na pessoa de um dos seus amoucos — José de Seabra da Silva — a quem depois pagou estes e outros serviços desterrando-o para as Pedras Negras, d'onde, diga-se a verdade, mandava a justiça que elle nunca houvesse sido revocado.»

Pois os nossos historiógrafos oficiais do século XIX, e aqueles que no presente lhe seguiram o rasto, não têm feito mais do que recapitular essas páginas sectárias, de odienta acusação à Companhia de Jesus, envolvendo no mesmo facciosismo crítico, uma época da história pátria em que superiormente se manifestou o espírito nacional.

Percorrendo, ao acaso da memória, alguns compêndios de história da literatura portuguesa, facilmente nos compenetraremos da veracidade da afirmação produzida. *Do Primeiro Ensaio sobre Historia litteraria de Portugal*, Lisboa, 1845, de Francisco Freire de Carvalho, ao *Curso de Litteratura Portuguesa*, Lisboa 1875, por José Maria de Andrade Ferreira, ao *Manual da Historia da Litteratura Portuguesa*, Porto, 1875, de Teófilo Braga, ás modernas histórias literárias de J. Simões Dias e professor sr. Mendes dos Remedios, todos

reincidem no erro original de considerar o século XVII um período de depressão moral e decadência literária.

Francisco Freire de Carvalho, no seu já aludido *Primeiro Ensaio sobre Historia Litteraria de Portugal*, ao abordar o período que decorre desde o ano de 1580 até o de 1720, declarava que «De bom grado passaríamos nós em silencio os dias de luto para a Litteratura Portugueza, que offerece este Periodo desastroso, se acaso nos não tivéssemos proposto a dar algumas idéas geraes sôbre o estado das Lettras e das Sciencias em o nosso Paiz, não só nos seus Periodos de florecencia e de fructificação, como ainda nos de aridez, de infecundidade, e de quasi acabamento, por que ellas tiveram infelizmente que passar.»

E mais adiante, pretendendo esmiuçar as premissas da pseudo decadência do Pensamento português nesse século, lá desenvolve as supostas razões que nas páginas da parciálsima *Dedução Cronológica* encontram a sua fonte. «Entre todas as causas, que mais poderosamente influíram para o nosso adormecimento litterario, depois dos bellos dias de lustrosa gloria Portugueza na carreira das Artes e das sciencias, a ninguem de certo é desconhecido, que foi a dominação Jesuitica, que tão pesadamente nos opprimio desde a sua entrada nestes Reinos, quem fêz perder a Portugal a tão bem merecida reputação de sabio e de erudito, e quem o collocou ao nivel das mais ignorantes Nações da Europa.»

Semelhante argumentação é um perfeito modelo da injustiça e inconsistência dos processos empregados pela critica histórica e literária em Portugal, no século passado. Mas prossigamos neste rápido relancear de olhos pelas páginas dos nossos compêndios de historiographia literária, nesta dolorosa peregrinação, visto que tal reputamos necessario ao desenvolvimento do assunto que nos propusémos tratar.

Não é outro o pensamento de Teófilo Braga no seu *Manual da Historia da Litteratura Portugueza*, quando nos traça um leve esboço da vida intellectual portugueza na época dos Seiscentistas; a pág. 341 diz aquele professor:

«Em Portugal tambem repercutia essa criação das Academias, mas sem o fervor, nem a seriedade scientifica; como podíamos nós entrar n'essa carreira vertiginosa, se a acção philosophica da Reforma foi atabafada em Portugal pela Inquisição, e se os Jesuitas continuaram a fabricar Commentarios aristotelicos para obstar á liberdade da razão?» E prossegua:

«Por tanto este seculo scientifico, foi para Portugal o seculo da rhetorica e dos declamadores; rhetorico, porque não podendo ter a liberdade intellectual, a palavra servia unicamente de objecto e fim de discurso, contornava-se, virava-se, porque nada havia que dizer.»

As transcrições destes passos de Teófilo Braga, constituiram, na verdade, quasi um excesso de documentação, tão conhecidas são, de todos, as suas opiniões nesta matéria, e o seu odio á Igreja, aos Jesuitas, e a tudo que se não conforme com os preceitos do livre pensamento.

Para Simões Dias, «a litteratura portugueza no seculo dos seiscentistas acompanha os destinos politicos da nação. Terminado o cyclo das conquistas, a litteratura e a nação cahem no mesmo abatimento moral. O reino perde a independencia depois do desastre de Alcacer-Kibir, e a litteratura, conservando do seculo anterior apenas o culto das fórmulas, abastarda-se, descabindo na banalidade e no servilismo...» A prosa não passa de um «jogo das palavras artificialmente combinadas»; a poesia, «dando fórma aos requebros erotico-allegoricos do genero pastoril», decai, por fim, «nos motejos sirventescos, ou na morbidez do mysticismo.» Quanto á eloquencia, no século XVII, ela não vae além da «fórma de arte que mais fielmente traduz o espirito banal da sociedade portugueza; é um passatempo destinado a produzir nas massas a sensação momentanea de um espectáculo theatral.»

Para o mesmo autor, a história, neste seculo, é simplesmente uma mistificação. Os historiadores de seiscentos, «frades na sua maioria, attendem menos á substancia e critica dos

factos que á ornamentação palavrosa do estylo.» Prevertendo os processos de análise sincera dos cronistas do século XVI, os d'este século, vivendo, nos claustros, «fazem da historia um passatempo de cella e entramam, em linguagem pautada e severamente castigada, os factos da historia nacional com ficções absurdas, genealogias duvidosas e por vezes com a intervenção do milagre, que é chamado a authenticar o que o senso do historiador não sabe discernir.»

O próprio estado das sciências philosophicas, apresenta-se, no século XVII, «indifferente ás novas theorias experimentaes iniciadas na Inglaterra, na França e na Allemanha.» As escolas portuguezas entrincheiram-se com a Escolástica e a tradição medieval, opondo-se, assim, á «invasão dos novos processos, que se reputam subversivos e hereticos», tornando-se o collegio conimbricense o foco de semelhante opposição. Enfim, nada se salva, num período de tal obscurantismo sciëntifico. Tudo isto, e o mais que se tornaria fastidioso reproduzir, póde ler-se na *Historia da Litteratura Portugûsa* de J. Simões Dias, 10.<sup>a</sup> edição — *Epoca dos Seiscentistas*.

Para o sr. Mendes dos Remedios, cujos compêndios de litteratura portuguesa tão larga divulgação têm tido entre a mocidade das escolas, também «a quadra literária do século XVII representa para Portugal um período de grande decadência» (*História da Litteratura Portugûsa*, Coimbra, 1914, pág. 341). Informando a sua crítica á luz dos mesmos princípios que orientaram os trabalhos dos autores a que anteriormente nos referimos, o sr. Mendes dos Remedios parece ver sómente no século XVII o século em que «com a inquisição vieram os jesuitas», o século da Censura e Indices Expurgatórios, não se esquecendo da indispensável allusão á «emprêsa mal concebida e peor executada de D. Sebastião», e á regencia «desgraçadamente imbecil do Cardeal-rei.» «Uma só das causas que apontamos seria bastante para dolorosamente se fazer sentir na expansão da vida nacional. E elas eram tais e tantas!»

Com esta exclamação conclue o sr. Mendes dos Remedios.

Mas, a despeito de causas tais e tantas, não logra o citado professor eliminar das páginas do seu compêndio, ao tratar da *Escola Gongorica ou Seiscentista*, os nomes dos grandes vultos que ilustram as letras portuguezas num período que precedentemente classifica como sendo de grande decadência. Aí encontramos, entre os poetas líricos, Francisco Rodrigues Lobo e D. Francisco Manuel de Melo; como poetas épicos — Gabriel Pereira de Castro, Francisco de Sá de Menezes, Antonio de Sousa de Macedo, Brás Garcia de Mascarenhas, etc.; como historiadores, Frei Bernardo de Brito, Antonio Brandão, Frei Luís de Sousa, Manuel de Faria e Sousa, e tantos mais; como representantes da eloquência, António Vieira e Manuel Bernardes, que também, como alguns dos já referidos, foram dos maiores proeadores que a nossa língua possuiu. E quantos mais ainda concorreram para o esplendor da prosa e da linguagem portuguezas!

Jacinto Freire, dr. António Carvalho de Parada, o Padre Francisco de Mendonça, de quem António Vieira se declarava discípulo, Frei Manuel da Esperança, dr. Manuel Rodrigues Leitão, Padre Diogo Monteiro, o Bispo-Conde D. Sebastião Cesar de Menezes, e tantos e tantos outros que seria aqui impossível relacionar.

Então que século de decadência literária é esse que nos deu assim uma pleiade de cultores admiráveis da língua, cultores que ainda hoje permanecem como modelos inegaláveis a estudar e a seguir?

Tantas causas de decadência, acumuladas, poderião acaso permitir que assim florescesse uma época de esplendor literário, que, se não excede, pelo menos, iguala as que mais brilhantemente assinalam os fastos da litteratura portuguesa? Não. O século XVII nunca poderá aparecer como um século de decaimento ao espírito daqueles que amorosamente o estudarem, livres de falsos preconceitos e de sectarismos que desvirtuam.

Com D. João III, com a Inquisição, com a Censura e os Indices Expurgatórios, com a Companhia de Jesus, o nosso século XVII foi um século de alta cultura sciëntifica e literá-

ria. E, que assim é, no-lo vão demonstrando dia a dia, as monografias e trabalhos de sólida erudição que, nos últimos tempos, se têm produzido sobre essa época da nossa história, obrigando a bater em retirada os seus detractores, e reduzindo ás devidas proporções as conclusões formuladas por tantos historiógrafos de anacrónica feição.

Foi despresado o exemplo de Teófilo Braga quando, no seu *Manual da Historia da Literatura*, dizia, referindo-se aos séculos XVII e XVIII em Portugal: «Passemos de alto e rapidamente sobre estas duas épocas, como as aves por sob as alagoas mortíferas.» Modernos autores, não receando o impudismo que parecia atemorizar o poeta da *Visão dos Tempos*, penetraram decididamente, pelo seu estudo, nesse período que se tem pretendido enegrecer, e, pouco a pouco, têm evidenciado a inconsistência de quanto a seu respeito se havia estabelecido.

Mudaram os tempos, e hoje já não será possível, sem grave risco, reeditar os lugares comuns que enxameiam em inúmeras obras com que se envenenou o espírito das gerações precedentes.

Falar da tarefa patriótica de reabilitação do século XVII, é lembrar os nomes de tantos obreiros beneméritos das nossas letras, que, a esse grande empreendimento, consagraram o melhor do seu saber e da sua inteligência: Joaquim de Vasconcelos, pulverisando, no seu estado biográfico — *El-Rey D. João o 4.º*, as lendas caluniosas que envolviam a memória do primeiro monarca do Portugal-restaurado.

O sr. Edgar Prestage, de naturalidade inglesa, mas português pelo coração, fixando com nitidez o perfil indéciso de D. Francisco Manuel de Melo.

O sr. J. Lucio de Azevedo traçando com verdadeira mestria e assombrosa erudição a sua *História de Antonio Vieira*.

O sr. Fortunato de Almeida, pretendendo dotar-nos com uma verdadeira *História de Portugal*, e produzindo uma obra de indiscutível honestidade nos dois volumes até agora publicados.

O sr. Fidelino de Figueiredo com os seus sólidos estudos de literatura portuguesa em que revela invulgares faculdades de observação e crítica.

António Sardinha, tão prematuramente arrebatado aos seus ensaios históricos de excepcional brilho e alcance.

E, finalmente, o sr. Manuel Murias, lançando a público, recentemente, o seu belo trabalho sintético sobre o *Seiscentismo em Portugal*.

Mas, ao inumerar, embora de uma forma incompleta, aqueles autores que a essa vasta obra de saneamento histórico têm dedicado os recursos do seu espírito, seria grave injustiça ou falta imperdoável, não lembrar Camilo Castelo Branco que, na douta opinião do nosso prezado camarada, sr. Manuel Murias, «foi quem primeiro e mais desapassionadamente viu o problêma», ao escrever o seguinte no *Curso de Litteratura Portuguesa*: «Alguns (historiadores) abrindo profunda barreira entre as quadras litterarias, estremaram os periodos em idade de ouro e de ferro, como se depois do luminoso seculo XVI, desde o fim do reinado de D. João III até D. João V, não tivessemos litteratura digna de historia e de estudo. E' um preconceito inveterado e falsamente legitimado por escriptores respeitaveis que exauriram a sua admiração nos exemplares da renascença, e só volveram a soldar a cadeia quebrada do nosso progredimento intellectual quando os arcades, exercitando a ode horaciana, á feição de Pedro Antonio Corrêa Garção e Antonio Diniz da Cruz e Silva, se consideraram successores aperfeiçoados de Ferreira e Camões.

«Houve injustiça com muitos nomes benemeritos que a torrente irresistivel da moda extraviou da trilha do purismo. Não se lhes descontaram os defeitos no entusiasmo da novidade. Queriam que os poetas das Academias do seculo XVIII se estremassem das outras nações, e se immobilisassem na escola de Sá de Miranda, em quanto a poesia e a prosa, tanto em Italia como Hespanha, e não menos que em França, se desatavam dos velhos canones, regeitando os absoletos Sandazaro, Garcilaso, e Ronsard.

«D'essas imaginarias trevas que innotaram a litteratura nacional desde 1580 até 1720, responsabilisaram primeiro D. João III, depois o jugo de Castella, e conjunctamente os jesuitas.»

E' pois, com justificada razão que poderemos afirmar com o autor de *O Seiscentismo em Portugal* que «este estudo de Camilo, continuação do Curso de Litteratura Portuguesa, de Andrade Ferreira, é ainda hoje porventura o melhor trabalho português sobre o século XVII, exceptuando o trabalho adiante citado do Sr. Fidelino de Figueiredo (*História da Litteratura Clássica*, 2.<sup>a</sup> época, Lisboa, 1922). Foi pena que Camilo, tão bom conhecedor dos Seiscentistas que exumara para lhes explorar o vocabulário e a sintaxe, não desse abrigo no *Curso* aos escritores magnificos que o illustre escritor brasileiro, o Sr. Solidónio Leite, inseriu na sua notabilissima obra dos *Classicos Esquecidos*».

«Em muitos passos do *Curso*, Camilo deve ser considerado o verdadeiro precursor da historiografia contemporânea.»

Assim é, na verdade. O facto de só tão tardiamente se ter feito justiça á admirável intuição histórica do autor do *Perfil do Marquez de Pombal*, deveria constituir, para nós, motivo de justificado espanto, se desconhecêssemos as causas do silêncio feito á volta das ideias expostas no seu *Curso de Litteratura*.

Lembrêmo-nos de que Camilo Castelo Branco, ao estudar o século XVII, se comporta como um autêntico mestre da contra-revolução, numa época em que o liberalismo triunfante dominava os espiritos, prevendo as consciências. Assim se explica que fosse sistematicamente desviado das escolas esse *Curso* em cujas páginas os Jesuitas não eram caluniados e em que determinados factos da nossa história eram estudados á claridade de uma crítica que estava longe de ser aquela adoptada nos compêndios officiais. O proprio Camilo o reconhecia, referindo-se dêste modo ao seu antecessor no *Curso de Litteratura*:

«Andrade Ferreira quando chegou com o seu intelligente *Curso* á altara em que tinha de aceitar ou regeitar a opinião estabelecida por Francisco Freire de Carvalho, no seu *Primeiro ensaio sobre Historia litteraria de Portugal*, abraçou-a. Assim seguiu os vestígios de outros pensadores de grande vulto a quem cumpria restaurar a verdade, destrinchando-a das arguições apaixonadas que enraizaram no terreno da politica, acostando-se aos parcialissimos libellos da *Deducção chronologica* e do *Compendio historico do estado da Universidade de Coimbra*.

Não pareçam demasiado longas as transcrições que fazemos de Camilo Castelo Branco.

Não o são, sómente, perante a vastidão do assunto. Constituem elas o essencial neste artigo, representam o quadro magnífico que as nossas palavras só tentaram humildemente emoldurar.

A individualidade e a obra de Camilo vêm, de há muito, atraíndo a atenção da Critica e dos estudiosos, sendo já numerosíssimos os trabalhos de mais ou menos valia, que duma e doutra se occupam; poucos aspectos dêsse génio e dessa obra restam, certamente, por focar. No entanto, estamos persuadido de que a feição histórica das obras camilianas, e que é, de-certo, aquela que maior interêsse póde revestir aos olhos da nova geração, não foi ainda estudada, como merece e convém.

O seu carácter sentimental tem sido, até agora, o tema versado, de preferênciam, pelos camilistas, que dir-se-hia haverem esquecido lamentavelmente que o autor dos *Narcoticos* foi, a despeito do desconcerto aparente do seu espirito, um insigne pensador.

Camilo Castelo Branco dispunha de uma tão vasta erudição histórica, e a sua crítica assumia, por vezes, proporções de tamanha lucidez, que tem juz a que da sua bibliografia se não estremem aqueles trabalhos que, mais ainda do que algumas das mais celebradas novelas, constituem, seguramente, um dos maiores títulos de glória do altíssimo escritor.

*Fernando Campos.*

# Acção Realista Portuguesa

## A ACÇÃO REALISTA NO ALGARVE

Devido à expansão já hoje invencível das ideias nacionalistas e ao inteligente esforço do nosso querido camarada sr. conde de Silves, delegado da Acção Realista no Algarve, está tomando o maior incremento a nossa organização naquela provincia.

A par de muitos boletins de inscrição que temos recebido, comunica-nos aquele nosso amigo ter-se constituido em Faro a Junta Municipal da Acção Realista que ficou composta pelos srs. :

*Dr. Julio de Lemos Correia Leal*, advogado ; *José Vaz de Mascaranhas*, antigo preso politico e integralista ; *Rodrigo Queiroz e Melo de Sousa Pinto*, engenheiro e antigo integralista ; *Mario Lima*, antigo preso politico ; e *Antonio Lã*, guarda-livros.

Ficou assim a Junta Municipal de Faro organizada por elementos dos mais categorizados daquela cidade, com prestigio e competencia para reunir á sua volta as melhores inteligencias e boas-vontades da capital algarvia. O sr. dr. Julio Leal é um dos primeiros advogados do Algarve. Antigo juiz de direito, à testa do 2.º distrito criminal de Lisboa quando se proclamou a Republica, foi por esta perseguido e afastado do quadro da magistratura. José Mascaranhas e Sousa Pinto, elementos preponderantes do Integralismo Lusitano, continuarão na Acção Realista a propaganda das mesmas ideias. Mario Lima, vítima dos atropelos da Republica que o teve 9 mezes preso, na Penitenciária e no exilio, não esmorece na sua fé e na sua combatividade e é um belo organizador de quem a Acção Realista muito tem a esperar. Igualmente Antonio Lã é um elemento preponderante e em condições de contribuir largamente para a expansão do nosso movimento na capital algarvia.

Tambem recebemos a noticia de que se constituiu a Junta Escolar do Liceu de Faro composta pelos distintos académicos, srs. :

*João Rocha Lapa Cardozo*, do 7.º ano de letras ; *Antonio Martins Cortes*, do 7.º ano de letras ; e *Antonio Valadares de Aragão Pacheco*, do 5.º ano.

Inscreveram-se imediatamente a maior parte dos estudantes dos três ultimos anos e lavra grande entusiasmo no meio académico pela organização e propaganda da Acção Realista naquela cidade.

No concelho de Lagôa, é o sr. João Castel Branco Ramos delegado de A. R. P., onde está organizando a respectiva Junta Municipal.

Está tambem em organização a Junta Municipal de Silves, e nesta cidade deve aparecer no proximo domingo, 12 do corrente, o primeiro número do semanário «Acção Algarvia», brilhantemente redigido, e que será órgão da Acção Realista Portuguesa no Algarve.

A todos os nossos amigos que no distrito de Faro estão trabalhando pelo triunfo dos bons principios, as nossas saudações.

## O NOSSO MOVIMENTO EM COIMBRA

A Junta Escolar de Coimbra continúa trabalhando activamente na organização da Acção Realista no meio académico daquela cidade.

Ultimamente, recebemos, por seu intermédio, a inscrição dos seguintes estudantes, srs. :

Augusto Sena Baptista Almeida Paiva, Eduardo Mascarenhas, Valdemar Luis Belchior, José Fortes Pessoa de Amorim, Alberto Galvão Simões, Pedro de Bourbon (Azevedo), Frederico Cardoso de Albuquerque, Antonio Alberto Fernandes de Oliveira, José Maria Coelho da Costa e Silva, Luiz José da Costa, Antonio Tavares de Moura, Luiz Lopes Martins Ferreira, Francisco de Azevedo Bourbon (Azevedo), Américo Albuquerque, João Galvão Videira, José Tavares Mendes Vaz, Henrique Barreto Chichorro Cortez, João Augusto Sousa Cerejeiro, José Maria Caldeira de Lacerda, Bento Colberto Santos F. Pereira de Carvalho, Gonçalo Cristovão de S. Estanislau Meireles Teixeira da Mcta, Fernando Manuel Alves Machado, Guilherme dos Santos Mendes, Adão de Figueiredo, Estevão Maria de B. Carneiro Q. de Azevedo e Bourbon, Alberto Spinal Silva, Antonio Signal Silva, Saraiva Lobo Frei Falcão e José dos Santos Madeira Lobo.

Cumprimentamos os ilustres académicos, esperança e futuro de Portugal, a cuja geração, educada nos bons principios, cumpre preparar e operar a Contra Revolução.

Por intermédio da mesma Junta Escolar, inscreveram-se tambem na Acção Realista, os srs. :

Aurelio A. Santos Lima, empregado de escritório ; Antonio F. C. Marques, guarda-livros ; Eduardo Tavares Pereira de Gouveia, proprietário, antigo combatente da Monarquia do Norte ; João Pedro Martins Fresco, empregado no commercio ; José Cardoso de Pina, empregado consular ; Amilcar Maria da Gama, empregado de escritorio ; e Inacio da Encarnação Pereira, comerciante.

## ACÇÃO REALISTA

A todos, os nossos cumprimentos, pedindo-lhes que deem á Acção Realista o seu esforço confiante para que possamos levar a cabo a missão regeneradora que deve unir os bons portugueses.

### ORGANISAÇÃO DA A. R. P. EM TRÁS-OS-MONTES.

Na provincia de Trás-os-Montes, onde o nosso movimento está sendo organizado pelo nosso querido camarada Dr. Antas Botelho, ficou constituída a Junta Municipal de Valpassos, distrito de Vila Real, pelos seguintes correligionários :

Presidente : Luis Candido Mimoso.

Secretario : Artur Augusto Gonçalves.

Tesoureiro : Miguel Baptista de Oliveira.

Vogais : Aires de Mesquita e Antonio Joaquim.

A A. R. P. confia á dedicação, á actividade e ao espirito de sacrificio destes nossos amigos a propaganda das ideias tradicionalistas, — as únicas que podem ressuscitar a nossa Patria da crepuscular anarquia em que se afunda. Falámos em espirito de sacrificio, — sem literatura. Hoje, mais do que nunca, é necessario devotar-nos ao futuro de Portugal, oferecendo á sua salvação o nosso trabalho e a nossa vida, num juramento sagrado.

### ESTATUTO PROVISORIO DO CORPO DE VOLUNTARIOS DA ACÇÃO REALISTA

1.º — E' immediatamente creado um organismo de acção, sob o nome do *Corpo de Voluntarios da Acção Realista (V. A. R.)*

2.º — Os fins de este organismo são :

§ 1.º Divulgar por toda a parte e por todos os meios as doutrinas defendidas pela *Acção Realista* ;

§ 2.º Montar o serviço de estafetas (transmissão de ordens, ligações de grupos, e nucleos ou juntas e delegacias, policiamento e vigilancias de festas, conferencias, sessões de propaganda, etc.) ;

§ 3.º Organisar um serviço de informações que interessem a *Acção Realista* no bom desempenho da sua missão ;

§ 4.º Preparar os meios eficientes de acção violenta.

3.º — As bases da sua organização provisoria são as seguintes :

a) Séde em Lisboa, (Commando Central) ;

b) recrutamento de grupos de voluntarios por concelhos, em Lisboa e Porto por bairros ;

c) federação de concelhos na unidade administrativa fixada posteriormente.

4.º — Para execução imediata deve observar-se:

§ 1.º Em cada localidade, pode um inscrito da *Acção Realista* obter autorização directa da séde; do *V. A. R.* para organizar o grupo-local, e af ele ficará como delegado imediato do Commando, pelo que iniciará acto continuo o recrutamento.

§ 2.º Organizado o primeiro grupo/local de Voluntarios, o seu organizador-delegado assume a responsabilidade e direcção de esse grupo, enviando, no prazo maximo de um mês após, o meio dos trabalhos, um mapa com os nomes, profissões, informações especiaes, dos recrutados ;

§ 3.º Ter em vista no recrutamento que vale mais a qualidade que a quantidade; a qualidade é tudo ;

§ 4.º Quando se constitua o grupo inicial de Voluntarios na séde de um concelho, considera-se organizado esse concelho ; então o chefe estenderá a organização ás freguezias ;

§ 5.º Quando pelo menos um terço dos concelhos de um districto ou região esteja organizado nos termos do § 4.º, considerar-se-á a organização do districto ou região terminada ;

§ 6.º De esta organização provisoria se passará depois á forma definitiva ;

§ 7.º Organizado o Districto nos termos do § 5.º, o Commando nomeará o chefe regional ;

§ 8.º Compete aos chefes todo o cuidado no recrutamento, aperfeiçoamento, funcionamento do seu grupo no objectivo da acção.

5.º — Aos Voluntarios compete :

§ 1.º Fazer propaganda dos principios da *Acção Realista* ;

§ 2.º Cumprir fielmente sem discussão as ordens recebidas dos seus chefes no cumprimento da missão dos *V. A. R.* ;

§ 3.º Manter e estreitar cada vez mais a camaradagem dos grupos para obter solidariedade perfeita, na acção.

§ 4.º Em reuniões politicas, festas, comicios, conferencias, promovidas pela *Acção Realista*, efectuar o policiamento activo ;

§ 5.º Em ocasiões de tumultos, aguardar ordens e cumpri-las, prontos a usar da violencia ;

§ 6.º Quando o movimento de salvação Nacional se dér, estarem aptos a cumprir o seu dever de Portuguezes.

6.º — Condições de admissão dos Voluntarios :

1.ª lealdade Monarquica reconhecida e comprovada ;

2.ª inscrição na *Acção Realista* ;

3.ª garantia de decisão, energia, robustez ;

4.ª preferencia aos combatentes da Monarquia, e depois a antigos militares ou civis não combatentes, perseguidos pela Republica.

7.º — Serão expulsos todos que faltarem a algum dos deveres exigidos aos Voluntarios, dando-se á expulsão a necessaria publicidade.

8.º — Os Voluntarios usarão provisoriamente como distintivo uma braçadeira azul e branca, de côres dispostas como na bandeira nacional, com o emblema da A. R. P. na costura externa ; usa-la-hão no braço esquerdo, em ocasiões de serviço, sob a vigilancia e responsabilidade do chefe do grupo ou seu delegado

9.ª — A correspondencia referente ao *V. A. R.* deve ser dirigida ao Commando — R. da Barroca, 57 1/2 Lisboa, a Antonio A. Guerreiro.

A SAIR BREVEMENTE:

**Carta aberta aos meus  
amigos e companheiros**

POR

**H. DE PAIVA COUCEIRO**

Edição da ACÇÃO REALISTA PORTUGUESA

---

**CAMILO**  
**CONTRA-REVOLUCIONARIO**

DEPOIMENTOS

Coligidos, prefaciados e anotados

POR

**FERNANDO CAMPOS**

Pedidos á LIVRARIA PORTUGALIA — EDITORA

---

QUEREIS DINHEIRO?

JOGAE NO

*Lama*

R. do Amparo, 51

LISBOA

Telefone N. 4020



# A ACÇÃO REALISTA PORTUGUESA

## QUERE:

**A organização da sociedade tendo por células primárias a FAMILIA, o MUNICIPIO e o SINDICATO PROFISSIONAL;**

**A constituição dumas CORTES GERAIS representativas dos interesses da IGREJA, da TERRA, da INTELIGENCIA e da PRODUÇÃO;**

**UM REI que GOVERNE e escolha LIVREMENTE os seus ministros, RESPONSÁVEIS PERANTE ELE;**

**Uma MONARQUIA, em fim, liberta de todas as mentiras democráticas, expressão fiel da TRADIÇÃO PORTUGUESA e do verdadeiro INTERESSE NACIONAL.**